



## Ata número 1

Júri do procedimento concursal de regularização no âmbito do PREVPAP para Técnicos Superiores

Aos sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu, no gabinete da direção, o júri nomeado pelo despacho n.º 1/2020, de 06 de janeiro de dois mil e vinte, do Diretor do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco, Carlos Teixeira, composto pelo Adjunto do Diretor, Nuno Costa, que presidiu, pelo Adjunto do Diretor Ricardo Ferreira e pela psicóloga Conceição Osório, como vogais, para efeitos do procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de um posto de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a categoria de Técnico Superior (generalista), restrito a candidatos abrangidos pelo Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise do enquadramento legal do processo de recrutamento;
2. Definição dos parâmetros de avaliação, respetiva ponderação do método de seleção, grelha classificativa e sistema de valoração final do método;
3. Definição do teor e dos processos de divulgação do aviso de abertura.

Aberta a sessão e estando presentes todos os membros do júri, o Presidente começou por informar que os postos de trabalho a ocupar se caracterizam pelo exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, tal como descrito no Anexo referido no n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, e de acordo com as atividades inerentes às de Técnico Superior (generalista), nomeadamente: funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviço; funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado; representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores

De seguida, definiu-se que os procedimentos e métodos de seleção a aplicar se irão reger pelas disposições contidas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na Portaria n.º 125- A/2019, de 30 de abril, com as especificidades decorrentes da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP), no Código do Procedimento Administrativo, bem nas orientações enviadas pela Direção Geral da Administração Escolar, de 23 de dezembro de 2019.

No que respeita ao segundo ponto da ordem de trabalhos, considerou-se que o método de seleção a utilizar será a Avaliação Curricular (AC). Esta visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica (licenciatura em educação, conforme requisito de admissão a colocar no detalhe de oferta



de emprego da Bolsa de Emprego Público) percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as Habilitações Académicas (HA), a Formação Profissional (FP), a Experiência Profissional e o tempo de desempenho no período anterior (EP), no exercício de funções caracterizadas do posto de trabalho a preencher. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração às centésimas, sendo a Classificação Final (CF), obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar, de acordo com a grelha de referência anexa à presente ata desta fazendo parte integrante (Anexo 1), conforme o seguinte critério:

$$CF = 0,20 \times HA + 0,30 \times FP + 0,50 \times EP$$

Em situações de igualdade de valoração, têm preferência na ordenação final os candidatos que se encontrem na situação prevista no n.º 1 do artigo 66.º da LTFP, ou em outras situações configuradas pela Lei como preferenciais. A ordenação dos candidatos que se encontrem em igualdade de valoração e em situação não configurada pela Lei como preferencial será efetuada, de forma decrescente, tendo por referência, em cada caso, os critérios seguintes, sucessivamente aplicados até obter o desempate:

- a) Preferência pelo candidato com maior valoração da Experiência Profissional (EP);
- b) Preferência pelo candidato com maior valoração da Formação Profissional (FP);
- c) Preferência pelo candidato com maior valoração das Habilitações Académicas (HA);
- d) Preferência pelo candidato de maior idade.

A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação pelo Diretor do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco, será publicada na BEP; afixada em local público e visível das instalações da escola sede, Escola Secundária Camilo Castelo Branco, sita na Rua Padre Benjamim Salgado, Vila Nova de Famalicão e disponibilizada na respetiva página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, com informação sobre a sua publicitação nos termos do n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos, foi elaborado o aviso de publicitação de oferta para um posto de trabalho para funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, que se encontra anexo a esta ata e dela faz parte integrante (Anexo 2). O aviso de abertura será publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)), bem como no sítio da Internet do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco ([www.aeccb.pt](http://www.aeccb.pt)).

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão e lavorou-se a presente ata que depois de ser lida e aprovada vai ser assinada por todos os membros do Júri:

Presidente: *[Assinatura]*  
 Vogal/Secretário: *[Assinatura]*  
 Vogal: *[Assinatura]*